

Marília Salles Falci Medeiros

As transformações econômicas e tecnológicas do mundo contemporâneo têm produzido profundas implicações não só no modo de produzir da vida material, mas também em várias dimensões da organização da vida social. Tentar entender o sentido dessas mudanças e, sobretudo delinear e sistematizar as possíveis tendências é fundamental para que possamos não só refletir o momento presente e até mesmo programar o futuro. Este tem sido um dos grandes desafios das Ciências Sociais contemporâneas. O Brasil tem sobre as mudanças uma literatura abrangente e com uma estrutura acadêmica complexa, com um alto nível teórico e empírico, que é capaz de dialogar com os grandes autores e centros de pesquisas internacionais. Neste sentido a motivação principal da Revista Confluências do PPSD/UFF é dedicar um número especial às questões relacionadas ao mundo do trabalho e suas transformações. O interesse da revista é não só de participar refletindo do complexo debate que se travou nas últimas décadas sobre a globalização econômica, mas também, de avaliar as suas conseqüências. Nossa tarefa fundamental é buscar respostas e analisar em que sentido estas transformações afetam, sobretudo, o Brasil.

*Trata-se de uma fase do capitalismo marcada pelo aprofundamento da internacionalização da economia através do desenvolvimento das forças produtivas e do mercado internacional. O fenômeno da globalização se caracteriza por um novo regime mundial de acumulação, cujo funcionamento dependeria das prioridades do capital privado altamente concentrado. O cenário é o da acumulação predominantemente financeira e parasitária que envolve também o capital produtivo.*

O choque é provocado por diversos fatores como a grande abertura da economia ao mercado internacional, tanto de bens quanto de capitais, a rápida liberalização dos mercados ao lado disto á retração do Estado. As estruturas produtivas e seus aparatos transformam-se profundamente as relações sociais acompanham essas mudanças.

Devem-se mencionar ainda, o conteúdo sociológico e político das análises da globalização, como a crise do socialismo real e a crise do Estado – Nação. Este último, na medida em que deixa de cumprir sua função protetora das economias nacionais, abandona a ideologia solidária de cidadania, incorporada a um ideal de democracia fundamentada nos princípios de justiça social. Diversos autores apontam que, no Brasil, estas mudanças começam a surgir nos anos 1980, mas são mais significativas as que atingem o mundo do trabalho na segunda metade 1990.

O presente número da Revista foi organizado dividindo os textos em três partes: a primeira, procura refletir sobre o sentido das mudanças produtivas e as suas repercussões. A segunda aborda, através de estudos empíricos, os efeitos das mudanças sobre os setores produtivos, as Instituições, e o trabalho da mulher. A terceira parte vai analisar e enfatizar os aspectos jurídicos que caracterizam as referidas mudanças.

O texto de Luís Antônio Cardoso intitulado *A Centralidade do Trabalho: Uma Análise Crítica do Debate Contemporâneo* faz uma abordagem crítica acerca do debate sociológico contemporâneo acerca da perda da centralidade da categoria trabalho surgido nas últimas décadas do Século XX. O artigo analisa a pertinência da categoria trabalho no pensamento social evidenciando sua afirmação anteriormente ao surgimento da sociologia. Também, são analisadas as propostas de Habermas, Gorz, Offe, Schaff e Kurz, considerados como os precursores mais importantes do debate.

O texto de Ricardo Antunes, intitulado *“Dimensões e Crise Estrutural do Capital e suas Respostas”*, abre a primeira parte da revista. O autor analisa as mutações em curso como expressão da reorganização do capital, com vistas a retomada do seu patamar de acumulação e do projeto global de dominação. Segundo Antunes, o padrão de acumulação flexível que articula um conjunto de elementos de continuidade e descontinuidade que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação.

André Laino, no texto intitulado *“Ciência, Tecnologia, Produção e Sociedade sob o Neoliberalismo e sua Reprodução”*, discute como a reestruturação produtiva empreende também uma reestruturação de classes sociais. As mudanças internas (conhecimentos e formação) e externas (representação social e política) das classes sociais trouxeram mudanças na formação do valor. A dimensão dessas mudanças ultrapassou o campo social, e está presente na crise que atinge teorias e objetos de estudo, em diversos campos do conhecimento. Assim, o autor analisa a reestruturação na relação entre mudanças introduzidas na produção e reprodução do valor, e na formação das classes sociais.

O artigo de Giovanni Alves, intitulado *“O Espírito do Toyotismo - Reestruturação Produtiva e ‘Captura’ da Subjetividade do Trabalho no Capitalismo Global.”* apresenta o toyotismo como a

“*ideologia orgânica*” do novo complexo de reestruturação produtiva do capital. Ao tratar o toyotismo, o autor concentra sua exposição nos seus protocolos técnico-organizacionais, que são traduzidos em valores e regras de gestão do trabalho vivo nas grandes empresas, e que atingem hoje, os mais diversos empreendimentos capitalistas, seja na indústria ou nos serviços (inclusive na administração pública). Segundo o autor, os valores e dispositivos organizacionais do Sistema Toyota de Produção ou toyotismo tornaram-se *senso comum* da gestão do capital. Seu interesse é salientar que o pressuposto essencial do novo modelo de gestão da produção capitalista é a “*captura*” da subjetividade do trabalho vivo. Mais do que o fordismo-taylorismo, o toyotismo tem necessidade de *envolvimento* dos operários e empregados nos procedimentos técnico-organizacionais da produção de mercadorias.

Na segunda parte da Revista que irá aparecer no volume 10.2, Paolla Cappellin e Alessandra Vincenti, no texto intitulado “*Entre Tutela, Promoção e Novas Discriminações de Gênero. Um Confronto Sul e Norte desde os Anos 1990*” as autoras analisam o mercado de trabalho com o olhar de gênero, fazendo uma analogia entre Brasil e Itália. O interesse é resgatar a conjuntura sócio-econômica da década de 1990 onde a alta presença de mulheres é acompanhada pela fragilidade de sua inserção e pela persistência de obstáculos para elas acederem “integralmente” aos direitos. Segundo as autoras, a complexidade das posições ocupacionais das mulheres nos dois países demonstra que é necessário superar uma leitura sociográfica que isola a categoria da mão de obra feminina. Neste sentido, a persistência de tradicionais comportamentos empresariais é alimentada pelas novas opções legais que se deram nesses países pelas mudanças de legislações e normas de emprego. Trata-se de um estudo comparativo sobre as dinâmicas do mercado de trabalho e as formas como as disparidades de tratamento se aliam hoje às ambigüidades normativas exigindo, assim, uma atenta análise das políticas de equidade e de oportunidades.

O texto “*Mudanças Recentes e Perspectivas do Trabalho e do Movimento Sindical*”, de Pedro Castro, analisa as mudanças recentes que afetaram o mundo trabalho, dando maior ênfase à questão sindical no Brasil. Utilizando dados estatísticos internacionais, o autor procura mostrar, de um lado, a redução quantitativa do operariado industrial tradicional e, de outro, uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, impulsionando tanto uma maior qualificação quanto uma maior desqualificação. Toda a análise do autor é comparativa e dirigida às tendências internacionais das mudanças para poder pensar as especificidades do caso brasileiro. Também o sindicalismo vai merecer o mesmo tratamento comparativo, mostrando que o peso das mudanças mundiais atinge o Brasil, guardando, portanto, suas especificidades históricas e culturais.

No texto *O Duplo Trabalho Feminino: o Exemplo das Teleoperadoras*, Cláudia Mazzei Nogueira direciona a análise para o universo do trabalho mostrando o processo de precarização como resultado das mudanças produtivas enfatizando que este processo acentua a diferença de gêne-

ros. Nas últimas décadas observa-se uma acentuada presença feminina no mercado de trabalho. A autora mostra que este aumento se dá mais no espaço dos empregos precários, onde a exploração da mulher, em grande medida, se encontra mais acentuada. Essa situação é um dos paradoxos, entre tantos outros, da mundialização do capital no mundo do trabalho. Foi estudando a categoria profissional específica de trabalhadoras de *telemarketing*, que autora analisou a dimensão dúplice de trabalho, no que tange a divisão sexual nas esferas do trabalho e da reprodução.

Anne Pimentel apresenta um texto que faz parte de sua dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Este estudo analisa a reorganização do trabalho do setor das telecomunicações dando ênfase à reorganização da jornada de trabalho, como resultado das mudanças tecnológicas que permitiram maior exploração do trabalho vivo. Analisou o setor de instalação e manutenção de telefones fixos da cidade do Rio de Janeiro após a privatização da Telemar Norte Leste S.A. Assim, foram pesquisadas duas empresas que prestam serviços na rede externa da Telemar, especificamente no setor de instalação e reparo de linhas telefônicas: Nokia-Siemens, Networks e a Serede.

A terceira parte é aberta com o texto de Ivan Alemão intitulado “*O Jurídico na Relação de Trabalho*”. Aqui, observando o processo de exploração do trabalhador e a dominação do capital, é construído um estudo da subordinação que se realiza através do contrato de trabalho. Trata-se um cruzamento entre a relação de exploração econômica do trabalho, fundamentada na mais-valia, e a relação jurídica de dominação legalizada no contrato de trabalho que têm como última instância institucional, a justiça do trabalho.

Marcelo Pereira de Mello e Delton Ricardo Soares Meirelles no texto intitulado “*A Reforma da Justiça do Trabalho: Avanço ou Retrocesso na Onda Liberal?*” discutem o processo político-jurídico que culminou com a reforma da justiça trabalhista no Brasil, na década de 1990, no contexto das políticas de caráter neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso. Os autores criticam as teses tradicionais acerca do enfraquecimento do judiciário trabalhista como resultado do processo de flexibilização dos contratos de trabalho e em virtude da reestruturação produtiva do capitalismo. Demonstrem que, mesmo colocada sob ataque naquele momento, a Justiça do Trabalho conseguiu ampliar prerrogativas e poderes como resultado do ativismo de magistrados das cortes superiores. Esse ativismo produziu modificações legais na própria constituição. Tal processo ilustra o que é denominado de “reversões institucionais” entre os poderes constituídos e que, para efeito de nossa discussão, significa a atuação institucionalmente eficaz de interferência das instituições de um poder em outro poder. Esse tipo de interferência não está fixado pelos mecanismos tradicionais de *accountability* dos regimes democráticos e só podem ser explicados por um viés culturalista. O que os autores se propõem no artigo é reconstituir analiticamente o processo de criação de uma lei nova, em nível constitucional, cuja origem e

patrocínio político se deram pela iniciativa do poder judiciário e não pelo poder legislativo, conforme os cânones da doutrina democrático-liberal.

